

NOTA TÉCNICA EM REPÚDIO AO POSICIONAMENTO DE 34 MAGISTRADOS E MAGISTRADAS CONTRA A DISCUSSÃO DO RACISMO NO ÂMBITO DA AMEPE

As organizações, coletivos, movimentos sociais e associações abaixo assinadas vêm externar repúdio a mais um episódio produzido pelo racismo institucional manifestado no bojo do sistema de justiça, notadamente, no Poder Judiciário do Estado de Pernambuco¹.

Com a finalidade de fomentar a discussão sobre os diversos contornos do racismo, sobretudo no que tange à exclusão da população negra dos espaços de poder e acesso aos direitos básicos, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE), em conjunto com a Associação dos/as Magistrados/as de Pernambuco (AMEPE), desenvolveram o curso “Racismo e suas Percepções na Pandemia” e uma cartilha intitulada “Racismo em Palavras”, através de um webnário. Nem seria preciso aventar que o déficit habitacional, a política de encarceramento em massa e o precário acesso à saúde são aspectos da centralidade da hipervulnerabilidade da população negra no contexto da Pandemia do Covid-19.

A Região Metropolitana de Recife detém o maior Índice de Vulnerabilidade Social - IVS (0,331) dentre as RMR's analisadas em estudo de abril realizado pelo IPEA. O índice está diretamente relacionado a probabilidade de contágio² pelo Coronavírus, ademais está dentre as duas cidades mais desiguais de todo o país³, enquanto acentua seu déficit habitacional de aproximadamente 300.000 pessoas⁴. “Racismo e suas Percepções na Pandemia” é uma iniciativa salutar e dever do Sistema de Justiça no combate a uma necropolítica de Estado, como a entende Mbembe enquanto o poder soberano sobre a vida dos corpos negros. A pandemia e as centralidades levantadas acima rasgam as entranhas de um século XXI em que cárcere, subemprego ou morte seguem sendo o destino das vidas negras. **Aos corpos negros**

¹ A Jusdh apresentou memoriais ao grupo de trabalho de igualdade racial no Judiciário e teve suas propostas incorporadas no Relatório Final produzido. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/Relatorio_Igualdade-Racial_2020-10-02_v3-2.pdf. Acesso em 25. nov. 2020.

² Nota Técnica IPEA n° 15. Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais – DIRUR. APONTAMENTOS SOBRE A DIMENSÃO TERRITORIAL DA PANDEMIA DA COVID-19 E OS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA AUMENTAR A VULNERABILIDADE SOCIOESPACIAL NAS UNIDADES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE ÁREAS METROPOLITANAS BRASILEIRAS. Abril de 2020.

³<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/07/07/desigualdade-social-faz-com-que-o-recife-tenha-um-dos-maiores-indices-de-mortes-por-coronavirus-diz-estudo.ghtml>. Julho de 2020.

⁴<https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2019/09/23/deficit-habitacional-no-recife-chega-a-71-mil-moradias-176663>. Julho de 2020.

lhês são negado o “fique em casa”, pois para a necropolítica engendrada entre elite e Estado, a vida, especialmente a negra, é “descartável no Brasil”.

O curso da AMEPE, seu primeiro sobre o tema, é por tudo isso de extrema relevância, garantindo o primeiro espaço dentro do judiciário pernambucano no combate ao racismo. A magistratura que se desconhece enquanto *múnus público*, numa autopoiese do Direito, infame as desigualdades históricas brasileiras rasgadas de por vez pela Pandemia, fere em princípio o papel do judiciário no *check and balance* entre os poderes da República, afastando-se da pacificação e transformação social. Nascido da burocracia e da meritocracia das elites, o ensino jurídico segue produzindo operadores acríticos e despídos das ferramentas que afastam uma atuação racista, patriarcal e violenta por parte do Sistema de Justiça. Para isso, por deficiências históricas de partida, uma formação como a proposta deveria ser saudada ao revés de repudiada, por proporcionar às juízas e aos juízes a desmistificação de seus preconceitos e a reflexão sobre decisões que perpetuam a desigualdade sob o pretexto de enfrentá-las.

De acordo com a Diretora de Direitos Humanos da AMEPE, Luciana Tavares: *“o processo de desconstrução do racismo passa, antes de tudo, por informação. A AMEPE, ao idealizar esse curso, quer promover a reflexão sobre as estruturas de opressão racial e as políticas necessárias para combatê-la dentro do Poder Judiciário”.*

Ocorre que uma ala dos/as associados/as da AMEPE, no total 34 juízes e juízas, apresentaram um “manifesto em repúdio” ao curso:

“Apresentamos esse MANIFESTO em repúdio à produção de cursos, lives, webinários, panfletos, cartilhas e similares que nos ponham em apoio a correntes ideológicas e provoquem cisões internas, criação de subgrupos de juízes”

Observada a estrutura do poder judiciário, temos um quadro sobretudo branco. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2018, no universo de 11.348 magistrados ativos, apenas 18,1% se declaravam negros, enquanto que 80,3% se declaravam brancos. Ao fazermos o cruzamento dos mencionados dados com aqueles trazidos pelo IBGE que identificam a composição de 56,1% da população brasileira por pretos e pardos, é indiscutível que o racismo é fundante, processo histórico, arraigado, retroalimentado e não infiltração ideológica das causas sociais, como aponta manifesto. É Pandemia, dilaceradas as veias das desigualdades é

momento derradeiro de se refletir: **o manifesto dos 34 magistradxs afirma infiltração ideológica ou desejo de uma classe de perpetuação de seus privilégios?**

Com essa postura a magistratura autora do manifesto atesta de forma transparente que o racismo não é pauta que merece atenção da instituição, embora a principal causa de mortalidade de jovens negros entre 15 e 29 anos seja o homicídio e 80% da população em situação de cárcere em Pernambuco seja composta de pessoas negras. Dentre tantas atrocidades o documento traz um trecho estarrecedor: "*A realidade é que temos uma missão diferenciada, que é julgar, somos o topo da carreira pública e membros de poder*", ou seja, o documento além de racista, evidencia seu caráter elitista e completamente descolado da realidade social, um judiciário hermético mesmo diante da atrocidade da Pandemia do Coronavírus e suas consequências para a população negra.

Além disso, o manifesto cita ainda o direcionamento de recursos da Associação para a realização do curso, como se tal ação não fosse de interesse direto de seus membros e membras, bem como da coletividade que usufrui do trabalho de juízes e juízas, que, não devemos esquecer, são servidores públicos.

Por fim, o posicionamento dos magistrados e magistradas fere frontalmente a Carta Política de 1988, já que a legislação traz em seu bojo, no artigo 4º, VIII, que o Brasil se rege, em suas relações internacionais, por princípios como “repúdio ao racismo”. Além disso, aduz no seu artigo 5º, XLII, que a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível. Não podemos deixar de pensar sobre esse manifesto de forma articulada, uma vez que a face institucional racista, elitista e despolitizada que é capaz de assinar este documento é a mesma que repete o padrão de decisões que condenam pessoas negras à penas asseveradas a partir de premissas racializadas.

Desta forma, vimos manifestar que cursos, produção de materiais, cartilhas, são imprescindíveis para reduzir os danos perpetrados pelo racismo institucional manifestado todos os dias pelo Poder Judiciário do Brasil e de Pernambuco, bem como convocar a realização do debate sobre a pauta visando a erradicação de toda e qualquer forma de discriminação, conforme apregoa o artigo 1º da CF/88, pois “enquanto houver racismo, não haverá democracia”.

Assinam a nota:

1. Abayomi -Coletiva de Mulheres Negras na PB
2. Articulação Negra de Pernambuco
3. Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria
4. Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba
5. Coordenação Nacional De Articulação Das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)
6. Coletivo Negritude Federal
7. Educafro - Educação para negrxs e povbes
8. Geledes-Instituto da Mulher Negra
9. Grupo de Estudos Afrocentrados Baobá da UFPE
10. Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa
11. Instituto da Advocacia Negra Brasileira
12. Instituto da Mulher negra do Piauí Ayabás
13. Instituto Negra do Ceará
14. Movimento Negro Étnico Racial Monir
15. Movimento Negro Unificado de Pernambuco
16. Negras que Movem
17. Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros
18. Odara - Instituto da Mulher Negra
19. Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
20. Rede de Mulheres Negras do Nordeste
21. Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD/PE)
22. ABL -Articulação Brasileira de Lésbicas
23. Articulação Justiça e Direitos Humanos - JusDH
24. Abraço Alagoas
25. Adupe
26. Agenda Nacional pelo desencarceramento
27. Além das Grades - Extensão estudantil da UFPE
28. Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil
29. Assessoria Popular Maria Felipa
30. Associação brasileira dos advogados do povo
31. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR-BA)
32. Associação de Mães e Amigos da Criança e Adolescente em Risco AMAR Nacional
33. Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência (ES)
34. Associação dos Direitos Humanos de familiares e amigos dos Reeducandos do Estado do Acre
35. Beabah! Bibliotecas Comunitárias do Rio Grande do Sul Viviane Henrique Peixoto
36. Biblioteca Comunitária Sol e Lua
37. Brigadas Populares
38. CEDECA Ermínia Circosta
39. Central de Movimento Popular de Pernambuco
40. Centro de Defesa de Direitos Humanos Nenzinha Machado
41. Centro De Defesa Dos Direitos Humanos De Petrópolis
42. Centro de defesa dos direitos humanos zumbi dos palmares
43. Centro de Direitos Humanos de Sapopemba – CDHS
44. Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social - Cendhec
45. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
46. Centro Popular de Direitos Humanos

47. Centro Santo Diais de Direitos Humanos
48. CFEMEA
49. CIMI - Conselho Indigenista Missionário
50. Circo Casa Verde
51. COLAB-USP
52. Coletivo de mães e familiares de pessoas privadas de liberdade de Rondônia
53. Coletivo de Mulheres Casa Lilás
54. Coletivo Familiares e Amigos de Presos e Presas do Amazonas
55. Coletivo Liberta Elas
56. Coletivo Margarida Alves]
57. Coletivo Mulher Vida
58. Coletivo Rosas no Deserto de familiares, egressas(os) e amigas(as) do sistema prisional DF.
59. Comissão de Advocacia Popular (OAB/PE)
60. Comissão Justiça e Paz de São Paulo
61. Comissão Pastoral da Terra
62. Comissão Pastoral da Terra - NE 2
63. Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos
64. Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino
65. Coordenadoria de Gênero, Raça, Ações Afirmativas e Identidades (CGRAI/CEFET-MG)
66. Conectas Direitos Humanos
67. CRB Antifascista
68. Desencarcera Acre
69. Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho - Gestão Rebuliço
70. FAOR Fórum da Amazônia Oriental
71. Fórum de Mulheres de Pernambuco
72. Fórum Grita Baixada
73. Fórum Justiça
74. Frente Estadual pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro
75. Frente Estadual pelo Desencarceramento – Ceará
76. Frente Estadual pelo Desencarceramento de Rondônia
77. Frente Estadual Pelo Desencarceramento do Amazonas
78. Frente estadual pelo Desencarceramento do RN
79. Frente Favela Brasil
80. Frente pelo Desencarceramento Rondônia
81. Frente pelo Desencarceramento Acre
82. Frente pelo Desencarceramento Espírito Santo
83. Frente pelo Desencarceramento Goiás
84. Frente pelo Desencarceramento Paraíba
85. Fórum Suape
86. Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares GAJOP
87. Grupo Comunidade Assumindo Suas Crianças
88. Grupo de Mulheres Bordadeiras da Coroa
89. Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa-GMNMA
90. Grupo de Trabalho Desencarcera - GT Desencarcera
91. Grupo Robeyoncé de Extensão Universitária
92. Indômitas Coletiva Feminista
93. INESC - Instituto de estudos socioeconômicos
94. Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial

95. Instituto Prios de Políticas Públicas e Direitos Humanos
96. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC
97. Instituto Territórios e Justiça
98. INTERJUS - Instituto Territórios e Justiça
99. Intevozes | Coletivo Brasil de Comunicação Social
100. Iser Assessoria
101. Justiça Global
102. LABÁ - Direito, Espaço & Política
103. LBL - Liga Brasileira de Lésbicas
104. MAB
105. Mães do Xingu
106. Mães da maré
107. Marcha Mundial das Mulheres do Paulista
108. Marcha Mundial de Mulheres
109. MCTP - Movimento Contra O Tráfico De Pessoas
110. Meu Recife
111. MeToo Brasil
112. Movimento Candelária Nunca Mais
113. Movimento D'ELLAS
114. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
115. Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH Brasil
116. Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – MAM
117. Movimento Pequenos Agricultores (MPA)
118. Movimento Social e Cultural Cores do Amanhã
119. Mulheres do PSOL PE
120. Núcleo da ABJD em Alagoas
121. Núcleo de assessoria jurídica universitária popular
122. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade (NEPE/UFPE)
123. Núcleo de Estudos Espíritas Mensageiros da Paz
124. Núcleo de Mães Vítima de Violência
125. Observatório Popular de Direitos Humanos de Pernambuco - OPDH
126. Plataforma Dhesca Brasil
127. Plataforma dos movimentos sociais pela reforma do sistema político
128. Rede de comunidade e movimento contra violência
129. Rede de mães e familiares da baixada vítimas de violência do Estado
130. Rede Interação
131. Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares no Estado de Pernambuco -Renap PE
132. Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias
133. Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
134. Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado
135. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
136. SERTA
137. Sindicato dos Advogados de São Paulo
138. Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH
139. Somos Todos Muribeca
140. SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia
141. Themis -Gênero Justiça e Direitos Humanos
142. Terra de Direitos
143. Westminster Shaw Advocacia Individual
144. Caritas Brasileira
145. Cáritas Brasileira Regional Nordeste II